

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG



Mais uma greve vitoriosa

Categoria faz mais uma mobilização histórica e fortalece o sindicato



O Acordo Coletivo 2008/2010 foi assinado entre os sindicatos (SINDÁGUA, Saemg, Senge e Rodoviários) estabelecendo avanços importantes nas conquistas da categoria. Os salários foram reajustados em 5,9% (INPC acumulado em abril 2008) + 1% de ganho real e os benefícios (cesta básica, tíquetes, auxílio-creche e outros) em 11,8%, ou seja o INPC de abril acumulado em dobro.

Assinatura do acordo foi condicionada pela empresa a uma nova realidade para o Sindicato: absorver o pagamento dos salários e encargos dos diretores liberados. A entidade chama a categoria para este debate, para definir a sustentabilidade do sindicato.

VITÓRIA! Esse foi o resultado da grande mobilização dos trabalhadores e da terceira greve realizada na história de lutas da categoria. O saldo é o ganho real nos salários, reajuste nos benefícios pelo dobro do INPC, elevação da gratificação de férias e, principalmente, a conquista da PL linear, resgatando a justiça a todos na empresa, que se somaram para obter os resultados globais.

Com este jornal você recebe um encarte com a íntegra do acordo coletivo.

Consciência na luta!

Os trabalhadores deram um banho de responsabilidade e venceram a luta contra um patrão inflexível e autoritário. A mobilização da categoria contou, mais uma vez, com a UNIDADE do Sindicatos (SINDÁGUA-MG, Saemg-MG, Senge e Rodoviários), atuaram com rigor, distribuindo boletins diários, reuniões permanentes e intensa mobilização. Tivemos ainda apoio da CUT, Sinttel, Sindieletro e Sindicato dos Metalúrgicos. **PÁGINA 2**

Uma categoria vitoriosa e que honra a luta



A luta da PL linear

Foram vários anos de luta até que alcançássemos, há cinco anos o pagamento pela nossa Participação nos Lucros. Na histórica comissão paritária em que definimos o direito, desde o início, lutamos por uma PL linear.

O direito foi garantido com nossa greve histórica de nove dias em 2003. O então presidente da empresa, Mauro Ricardo, forçou uma PL com uma parcela fixa (linear) de 30% e outra de 70% proporcional ao salário. Pior ainda, definiu um teto da parcela fixa, que prejudicaria os menores salários, desviando a fatia que seria arrancada para incorporá-la nos salários mais altos.

A implantação da PL na Copasa se deu através de regulamento, só transformando em Acordo Coletivo de Trabalho em 2006.

Apesar de tudo que dificultou o relacionamento empresa e sindicato, a PL linear se transforma em realidade. Em seu discurso, ao assinar o acordo coletivo, o presidente Márcio Nunes pronunciou: "este é um acordo histórico para a Copasa, pois acabamos com um privilégio dos altos salários e diminuimos a distância na escala salarial em benefício e justiça aos trabalhadores de menores salários".

A PL, no entanto, é uma conquista de todos, alcançada através da luta sindical. O prêmio dos 11 mil trabalhadores pelo destaque alcançado pela empresa não poderia conviver com um trabalhador ganhando um pedaço do bolo menor do que o de outros companheiros.

Isto se chama responsabilidade social...
E justo reconhecimento.



Hoje quero me dirigir a cada companheiro para fazer uma defesa que considero justa, do Sindicato.

Já estamos com um novo Acordo Coletivo, com validade de dois anos, assinado, depois de uma grande luta e mobilização extraordinária dos trabalhadores. Quero me expressar como se estivesse abraçando cada companheiro e dizer emocionado o orgulho que a categoria deve sentir pela sua consciência, pela ombridade, honestidade de princípios e de responsabilidade. Desenvolvemos uma luta e uma mobilização rigorosamente com o sentido de responsabilidade.

A intenção do Governo do Estado é a de destruir o movimento sindical combativo. No ano passado aconteceu o mesmo ataque contra o Sindieleto. Durante a campanha foi proposta a liberação de oito dirigentes, mas estes dirigentes teriam de ter uma postura de bajulação ao gestor e ao governador, fato este contestado e denunciado aos trabalhadores.

O Acordo Coletivo está aprovado, assinado e sacramentando avanços importantes nas conquistas dos trabalhadores. Os trabalhadores foram implacáveis e conscientes na luta pelos seus direitos, um exemplo disso foram as centenas de abraços uns nos outros logo após a aprovação do acordo na porta da Assembleia Legislativa, em Belo Horizonte.

De volta à mesa, para estabelecer o acordo, foi condicionado pela empresa que não haveria a assinatura, se não constasse a cláusula que os diretores liberados não seriam mais bancados pela Copasa. Não tivemos dúvida: assinamos o acordo. Não existe aqui

lo que a direção da Copasa procurou pregar, que o sindicato dificultava o acordo por causa da postura da empresa de não querer arcar com os salários dos dirigentes liberados para o Sindicato. Esta foi uma coação sobre a categoria e uma chantagem sobre a direção do Sindicato. No movimento sindical é praxe das empresas liberarem dirigentes sindicais, sem ônus para o sindicato, exemplo na Cemig que libera mais de 21 dirigentes para entidades sindicais.

O acordo está assinado e os direitos estão garantidos. A cesta básica não foi comprada, a PL é linear, a gratificação de férias avançou, os benefícios foram reajustados pelo dobro do INPC. A categoria avançou e a luta sindical foi vitoriosa. A tentativa de prejudicar a categoria e de desmoralizar o Sindicato não funcionou. Estamos de pé, porque o sindicato é dos trabalhadores e quem manda nele é a categoria e os interesses coletivos.

Certamente teremos que discutir a sustentabilidade do Sindicato e toda a forma de sustentação que se faz necessária para não perdermos nosso instrumento de luta. Da mesma maneira que lutamos com sobriedade, os trabalhadores darão a resposta consciente para garantir a força do Sindicato. Só com o sindicato fortalecido continuaremos a proteger a categoria contra propostas monstruosas de cortar o nosso alimento e de sacrificar os nossos direitos.

A cada trabalhador, nosso mais efusivo parabéns e, como dirigente do SINDÁGUA, só podemos sentir a maior gratificação que é representar os companheiros dignos de luta.

José Maria dos Santos - Presidente

Contsemg em agosto



A categoria realiza nos dias 31 de julho, 1º e 2 de agosto o IV Congresso dos Trabalhadores no Saneamento no Estado de Minas Gerais (Contsemg).

A grande meta do Congresso será a urgente reestruturação do SINDÁGUA, garantindo um instrumento forte e que não sofra a interferência patronal com o propósito de enfraquecer as lutas da categoria.

O Congresso será realizado no Sesc-Contagem.

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

Presidente: José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Diagramação:** Luiz Carlos Nicolau - **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Fumarc

Rua Congonhas, 518 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG — CEP: 30330-100 — Tel: (31) 3297-7227 - Fax: (31) 3297-7224
Home Page: www.sindagua.com.br e-mail: comunicacao@sindagua.com.br - sindagua@sindagua.com.br

Acordo Coletivo evoluiu com a luta e a greve



Quando chegamos quase ao final de maio, o posicionamento da direção da empresa era o seguinte: só 5,9% de reajuste pelo INPC e tentativa de comprar e acabar com a cesta básica dos trabalhadores. Queria também manter liberado no Sindicato arcando o ônus dos salários apenas um diretor, cortando o direito para os cinco demais. O mais grave: não garantia a data-base. Afirmava que todos os direitos dos trabalhadores seriam extintos após o dia 31 de maio. Tal iniciativa buscava apenas um propósito: trazer o pânico e insegurança aos trabalhadores e indispor contra o Sindicato.

A categoria, no entanto, mostrou

sua força, consciência e mobilização. Manteve-se firme, deliberou o "estado de greve", buscou ainda o diálogo aberto e transparente e, só com a posição inflexível da empresa, decretou a greve, realizada nos dias 30 de junho e 1º de julho.

A postura de luta dos trabalhadores provocou a entrada em cena do Ministério Público do Trabalho. Afinal de contas desenvolvemos uma atividade essencial para a população.

O resultado foi uma intensa mobilização da categoria em todo o Estado e mais uma VITÓRIA dos trabalhadores, com um acordo contendo avanços significativos nos direi-

tos dos trabalhadores. Para quem queria cortar a cesta básica, conquistamos um reajuste sobre ela pelo dobro da inflação, estendendo um reajuste de 11,8% sobre todos os benefícios. Garantimos o INPC pleno de 5,9% e mais 1% de ganho real sobre os salários. A gratificação de férias deixou de ser baseada no salário base e passou a ser calculada sobre a remuneração. Alcançamos também a luta histórica pelo pagamento da PL linear, ou seja, dividindo em partes iguais entre todos os trabalhadores o prêmio pelos resultados globais da empresa. A PL, que foi uma conquista recente da luta sindical passa a ser paga de forma mais justa, dei-

xando as diferenças para gratificações de função institucional.

Os trabalhadores deram um exemplo de sobriedade, de consciência e de responsabilidade. Conseguimos superar todas as provocações e nos mativemos com um movimento forte para garantir nossos direitos estabelecidos. A mobilização intensa atingiu a todo o Estado, desmoralizando a estratégia patronal que tentou nos intimidar. Mais uma vez, todos os companheiros devem ser cumprimentados pela postura de luta e as conquistas alcançadas comprovam o acerto. Esta é mais uma vitória da organização da categoria através do Sindicato

29 DE MAIO



Sindicatos buscam a "DRT" por data-base

Os sindicatos vão à Superintendência Regional do Trabalho, antiga DRT, para garantir o reconhecimento da data-base e solicitar o retorno das negociações.

A empresa não comparece à reunião e mantém a posição de só reconhecer a data-base até o dia 31 de maio.

30 DE MAIO



Data-base prorrogada no TRT

Os dirigentes sindicais solicitam ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) a prorrogação da data-base por mais 30 dias, para garantir a manutenção das conquistas anteriores. O pedido foi acatado pelo desembargador responsável e as negociações ficaram asseguradas até o dia 30 de junho.

24 DE JUNHO



Assembléia decreta greve

Os sindicatos procuraram a DRT com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT) na tentativa de reabrir o diálogo com a empresa e avançar nas negociações, mas a direção da Copasa não compareceu à reunião.

Os dirigentes sindicais organizaram o movimento grevista, garantindo o pleno atendimento à população.

30 DE JUNHO



Nova proposta é apresentada no Ministério Público

Enquanto a categoria fazia manifestações em todo o Estado, a comissão de negociação sindical negociava com a empresa uma proposta conciliatória, através da mediação do Ministério Público do Trabalho. A procuradora Andréa Ferreira Bastos propôs, pelo menos, 10 dias de prorrogação da data-base, mas a Copasa só aceitou prorrogar por 4 dias.

De norte a sul todos pararam



Almenara



Caratinga



Pouso Alegre



Salinas



Araxá



Montes Claros



Varginha



Teófilo Otoni

Patrão montou ação estratégica para tentar desmanchar o Sindicato

A Copasa editou informativos imitando o boletim REGISTRO



Nesta última mobilização, além de querer prejudicar direitos dos trabalhadores, o patrão exerceu o seu tacão com outro objetivo: a tentativa de destruir o a organização sindical da categoria, com iniciativas deliberadas de indispor os trabalhadores com o sindicato.

As negociações aconteceram praticamente em duas etapas bem planejadas pelo patrão autoritário. Na primeira, encarregou uma comissão patronal sem qualquer autoridade ou autonomia para propor nada e muito menos para decidir. Esta etapa cumpriu o papel de esgotar a data-base da categoria, chegando ao cúmulo de estipular o dia 31 de maio como data máxima para se chegar a um acordo. Foi necessário o Sindicato garantir a extensão da data-base em protesto junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG). Após esta garantia, a comissão patronal, que tinha sido extinta, foi recomposta, mas nada avançou além dos 5,9% de reajuste (INPC). Ofereceram também a liberação de oito dirigentes sindicais com ônus para a empresa, mas condicionaram esta libera-

ção ao controle das atitudes destes diretores, que não poderiam falar mal do presidente da empresa e do governador. Aliás, os trabalhadores tiveram seus nervos levados à flor da pele, com uma proposta indecente da alta direção de comprar o direito da cesta-básica por 7 mil dinheiros. Essa era a forma encontrada pela direção da empresa de melhorar o aviltante piso salarial praticado.

Na segunda fase de negociações, a diretoria da Copasa assumiu a responsabilidade pela condução das negociações. O processo de negociações foi trágico e só desembolou com o início da intermediação do Ministério Público do Trabalho (MPT). Nesse período assistimos à ação mais absurda da direção da Copasa em toda a sua história de relacionamento com os trabalhadores. A empresa se deu ao disparate de editar boletins imitando a logomarca do informativo do Sindicato, distorcendo informações e, a cada boletim, apresentando propostas completamente diferenciadas. Apresentava manifestações de "e-mails" atacando o sindicato, tentando desmoralizar a entidade, chegando a criminosa insinuação de que o acordo ainda não tinha sido aprovado porque o sindicato não concordava com o corte de dirigentes do SINDÁGUA liberados com ônus para a Copasa. Tentava, claramente, indispor a categoria



com a entidade, caracterizando um crime contra a organização sindical dos trabalhadores.

Os lances foram feitos pelo patrão como num tabuleiro de xadrez, tentando sempre colocar o Sindicato em xeque, manipulando a opinião dos trabalhadores com boletins parecidos o REGISTRO (do SINDÁGUA), onde a empresa não se digno sequer em identificar a sua autoria.

O acordo coletivo foi aprovado pelos trabalhadores, em uma assembléia encerrada com vivas, com todos os companheiros se abraçando e o presidente carregado nos braços pelos trabalhadores. Dois dias depois, o texto do acordo estava na mesa para ser assinado. Lá estava a cláusula, cortando da liberação dos dirigentes ao Sindicato o pagamento historicamente pagos pela Copasa desde da fundação e desenvolvimento da entidade.

O Sindicato honrou seu compromisso de luta. A categoria demonstrou, em mais uma greve, sua força e consciência. Agora, cada companheiro é chamado para outra resposta à altura para o patrão autoritário: a defesa do sindicato, o seu fortalecimento como instrumento contra as más intenções, para que nossos direitos sejam defendidos coletivamente. Do contrário, cada trabalhador precisaria enfrentar sozinho as feras que ameaçam sua vida no trabalho.

Só a participação da categoria traz vitórias

Para conquistar avanços no Acordo Coletivo de Trabalho foi preciso muita mobilização e dois dias de greve. Foram necessários investimentos e esforços coletivos para trazer os trabalhadores para a luta em defesa dos seus direitos e conseguir avançar nas conquistas para toda a categoria.

O resultado foi vitorioso e trouxe ganhos para todos os trabalhadores. Para que a nossa Campanha Salarial resultasse em conquistas, foram produzidos inúmeros boletins, jornais extras, faixas, cartazes e adesivos, feitas atualizações diárias do site da entidade, alugados vários ônibus, contratado caminhão de som e realizadas reuniões setoriais e viagens para o interior do Estado. Esses são exemplos de ações que demandam aporte financeiro das entidades sindicais nas negociações.

Durante a Campanha Salarial, as despesas do SINDÁGUA MG aumentam muito e geram um grande impacto no balanço financeiro da entidade, pois, enquanto as despe-

sas crescem, significativamente, a receita se mantém a mesma. E quanto mais difíceis são as negociações, maiores são os gastos do sindicato.

Para custear essas despesas extras, que geram benefícios para todos os trabalhadores, sejam sindicalizados ou não, a categoria aprovou em Assembléia uma contribuição de 1% da remuneração, descontada de uma única vez, no mês de agosto.

Taxa para fortalecer a luta

A taxa de fortalecimento sindical, também conhecida como cota de solidariedade ou contribuição assistencial, é uma forma da categoria manter a autonomia política e financeira das entidades sindicais frente ao poder do patronato e dos governantes. São os trabalhadores que mantêm o sindicato, não apenas com a sua mobilização, mas também com a sua colaboração financeira.

Essa contribuição não é compulsória e são os próprios trabalhado-

res quem definem as regras desse desconto. Cabe a cada beneficiado com a atuação do SINDÁGUA MG decidir se quer ou não contribuir com 1%, valor que, no conjunto, é indispensável para o sindicato.

Os recursos arrecadados são fundamentais para equilibrar as contas da entidade e garantir uma reserva financeira para a fiscalização do cumprimento do Acordo Coletivo e defesa dos interesses dos trabalhadores. Ter um sindicato forte e combativo deve ser o objetivo de todos nós, trabalhadores e trabalhadoras, independente se sejamos filiados ou não à entidade.

É necessário que os trabalhadores reflitam e compreendam a importância da taxa de fortalecimento sindical, sobretudo, neste momento, de ataques constantes aos sindicatos, onde a empresa busca, de todas as formas, fragilizar as entidades que representam a categoria – com as tentativas de intervir na organização sindical, debilitar as nossas finanças e pressionar os trabalhadores.

Precisamos somar forças e energia para lutar. Vamos mostrar para a direção patronal que apoiamos nossos dirigentes sindicais e queremos fortalecer, cada vez mais, o nosso Sindicato, que é a casa do trabalhador. Temos que mobilizar os companheiros e companheiras para que todos contribuam e o SINDÁGUA MG esteja fortalecido para enfrentar os desafios que estão postos para a categoria.

Veja algumas lutas que o Sindicato deverá encampar este ano:

- CP 014, que propõe a demissão dos empregados com 58 anos de idade;
- Reajustes da Previminas;
- Terceirização das atividades-fins, inclusive na área administrativa;
- Plano de saúde;
- Projeto de Lei 2.164/08, do governador Aécio Neves, que institucionaliza a terceirização na Copasa;

Fortaleça seu sindicato! Contribua com a taxa de fortalecimento!